

PROCESSO TCE Nº 24.024.2017-40

ENTIDADE: Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB de Assis Brasil

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar a responsabilidade pelo não envio ou envio intempestivo da folha de pagamento e demais informações necessárias ao acompanhamento das despesas de pessoal, referentes ao 3º bimestre de 2016, em descumprimento à Resolução TCE/AC nº 102/2016, por parte do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB de Assis Brasil.

RESPONSÁVEL: Antonio Barbosa de Sousa

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## ACÓRDÃO Nº 1.872/2018

### 2ª CÂMARA

**EMENTA: PROCESSO AUTÔNOMO. APURAR RESPONSABILIDADE. DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO-TCE N. 102/2016. MULTA. NÃO APLICAÇÃO. ACOMPANHAMENTO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS.**

Embora constatado o não atendimento aos artigos 1º e 4º, da Resolução-TCE n. 102/2016, mas diante do envio das informações de forma consolidada com a Prefeitura Municipal, é possível, excepcionalmente, afastar a multa prevista no artigo 89, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, devendo ser observado o cumprimento ou não da mencionada Resolução, por ocasião da análise das prestações de contas da Unidade e cientificado o Gestor da forma correta de envio.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **a) DETERMINAR ao ATUAL GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDEB DO MUNICÍPIO DE ASSIS BRASIL** que observe as obrigações previstas na Resolução-TCE n. 102/2016, especialmente os artigos 1º e 4º, sob pena de responsabilidade, nos termos do artigo 8º da mencionada norma, devendo as informações relativas à Prefeitura Municipal e ao FUNDEB ser encaminhadas em arquivos distintos; **b) REMETER** cópia do Acórdão à

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

**DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA,** para  
acompanhamento e **c) ARQUIVAR** os autos, após as formalidades de estilo.

Rio Branco, 31 de janeiro de 2018.

Conselheiro **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**  
Presidente da 2ª Câmara

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Fui presente:

**MÁRIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA**  
Procurador do MPC/TCE/AC